

Que é o mínimo vital?*

O problema da pobreza existe, mesmo nos países desenvolvidos, onde um certo número de estudos recentes permitiu determinar, não só a sua extensão social, como as principais características e condições dos grupos por ele afectados. Estudos desse género podem servir de base para a elaboração de medidas mais eficazes de combate à miséria e devem logicamente conduzir a uma definição prática da pobreza, fundada em estimativas quantificadas de necessidades mínimas, económicas e sociais. Uma tal definição representa um instrumento de grande valor para a política social.

1. Introdução

A elevação dos níveis de vida nos países industrializados é um facto incontestável e impressionante. As condições de vida, de trabalho, de alimentação e de habitação, o vestuário, o modo de vida da grande massa da população sofreram uma transformação profunda. Não existe comparação possível entre o nível e o modo de vida de um trabalhador médio dos nossos dias e os de há um século. Bastará ter em conta os vastos inquéritos sociais empreendidos em vários países da Europa ocidental entre 1840 e 1850 para avaliar da longa distância percorrida: a condição operária caracterizava-se pelo baixo nível dos salários, longos dias de trabalho, o trabalho de mulheres e de crianças, mesmo em minas de carvão, a ausência de repouso dominical, uma alimentação insuficiente, domicílios superlotados e insalubres e, como única distracção, única evasão possível, o álcool debitado nos estabelecimentos próximos das fábricas, um pretexto mais de limitação dos magros salários dos operários. Ausência, pois, de distracções e impossibilidade de acesso à instrução, numa época em que não existia ainda a instrução obrigatória de grau primário. Nas ruas, reconheciam-se fácil-

* Colaboração especial para esta revista.

mente os operários pelo vestuário e pelo aspecto geral. Em caso de doença ou desemprego, era a miséria sem nome e, para os velhos, o internamento num hospício.

Um século mais tarde, os trabalhadores já fizeram a conquista duma vida mais humana. São-lhes garantidos salários mínimos. A segurança social oferece-lhes garantias contra os riscos profissionais, a doença, a invalidez, os acidentes e o desemprego. Cidades operárias substituem os casebres. A partir de 1935, são-lhes concedidas férias anuais remuneradas: o repouso deixa de constituir privilégio de classe favorecida, para ser reconhecido como direito de todos os trabalhadores. Na rua, após o trabalho, operários e operárias confundem-se com os burgueses: usam o mesmo tipo de vestuário e distraem-se de forma semelhante. São apoiados pelas organizações sindicais. No plano internacional, foi criada em 1919 uma Organização Internacional do Trabalho, a fim de promover o progresso social em todos os países e em todos os continentes. Luta-se contra as discriminações sociais, quer de ordem religiosa, quer de ordem política ou racial. A mulheres e as crianças são objecto de protecção particular. A mãe-de-família ou a futura mãe são beneficiárias de especial solicitude.

Todos os inquéritos feitos, tanto no plano nacional como no plano internacional, demonstram o progresso social que tende a generalizar-se. Ultrapassado o limiar da miséria, o mundo dos trabalhadores pode finalmente ter acesso à cultura. Decerto, esta possibilidade de promoção cultural é ainda limitada. Muito importa, porém, constatar que já existe, e que, mercê de esforços pacientes e tenazes, o seu desenvolvimento se torna possível.

A extensão da segurança social constitui outro dos mais importantes fenómenos do nosso tempo. É do conhecimento geral que, segundo o pensamento de Lord BEVERIDGE, o economista britânico considerado como «pai da segurança social», esta deveria ter como objectivo assegurar o mínimo vital a todos os cidadãos dum país, mínimo que lhes seria garantido quaisquer que fossem as vicissitudes da sua existência. Apenas um esforço geral de solidariedade poderia levar a cabo um objectivo a tal ponto ambicioso. Na prática, a realidade encontra-se ainda muito aquém da sua consecução: a segurança social cobre, sem dúvida, a grande maioria da população, mas é ainda vasto o número de indivíduos que não são abrangidos por ela. A solidariedade nacional não é perfeita: foram, por exemplo, estabelecidos regimes distintos para os operários, os empregados, os mineiros, os marítimos, os trabalhadores independentes. A realidade também se encontra ainda longe dum outro princípio básico: «a identidade de necessidades, identidade de prestações». Apesar destas deficiências, devidas às condições difíceis em que foi introduzida a segurança social, caminha-se para uma protecção generalizada e uniforme. As instituições internacionais, quer se trate da Organização Internacional

do Trabalho, quer da Comissão Económica Europeia, tentam muito eficazmente harmonizar as legislações nacionais e conseguir uma melhoria de condições para todos os povos, qualquer que seja o seu grau de desenvolvimento económico.

2. Pobreza na abundância

Os progressos levados a cabo no decurso dum século são, assim, importantes e incontestáveis. No entanto, e mesmo nos países mais desenvolvidos, existem largas zonas de pobreza. Os próprios Estados-Unidos descobrem uma realidade que os consterna. As obras que descrevem e analisam a pobreza nesse país multiplicam-se desde 1960.

Na Nova Escola de Investigação Social de Nova Iorque, foi publicado um relatório, sob a direcção de Oscar ORNATI, intitulado *Poverty and affluence*, pobreza na abundância, (The Twentieth Century Fund, 1966). O autor define três níveis ou três limiares de pobreza: «subsistência mínima», «mínimo adequado» e «conforto mínimo». Estes níveis foram determinados em função do que a sociedade considerou, em diferentes datas, como sendo necessidades mínimas. O estudo demonstra que as pessoas ou as famílias apresentando uma ou várias *características da pobreza*, têm duas vezes mais probabilidades do que as outras de apenas dispôr de um rendimento inferior à norma. Entre essas características, contam-se nomeadamente os factos de se não ser de raça branca, se ser originário duma região rural, se ter mais de 65 anos ou uma idade compreendida entre os 14 e os 24 anos. Contam-se ainda as más condições de alojamento, a carência de instrução e a saúde deficiente. E finalmente, o desemprego. Nos Estados-Unidos, o desemprego tornou-se, em larga medida, um problema de classe: certos grupos, tais como os negros e os menores de 20 anos, oferecem-lhe um contributo desproporcionado¹.

Um inquérito efectuado em França pelo «Centro de Investigações e Documentação sobre o Consumo» (CREDOC) e pela «União Nacional das Caixas de Subsídios Familiares», inquérito incidindo sobre os anos 1942-1943 e tendo por objectivo calcular o custo de uma criança, revelou que as famílias com mais de um filho constituem um meio desfavorecido do ponto de vista do rendimento: cada criança suplementar acarreta uma diminuição do rendimento disponível por membro da família. 33 % das famílias não dispõem de quaisquer reservas monetárias; 40 % das famílias não gozam de férias, devido a carência de recursos suficientes.

¹ Uma análise deste livro foi publicada na *Revue Internationale du Travail*, Abril 1969, pp. 415-416.

Outros estudos igualmente rigorosos levados a cabo na Bélgica há alguns anos, demonstraram que neste país, considerado como um dos mais prósperos, 10 % da população (ou seja 900 000 em 9 300 000 habitantes) não possuíam o mínimo vital. Estes dez por cento compreendem velhos, enfermos, diminuídos físicos ou mentais, pessoas sós, trabalhadores estrangeiros e pessoas desclassificadas que, por uma razão ou outra, não beneficiam da segurança social. A opinião pública mostrou-se fortemente surpreendida, ao ser assim demonstrado numéricamente que um país próspero como a Bélgica contém uma tal massa de indigentes.

Para além da questão dos recursos ou dos rendimentos, põe-se ainda um outro problema, o do acesso à cultura. Afirmámos acima que, ao contrário do que se passava há um século, a maior parte da população pode teoricamente, ter acesso às diversas formas da cultura. O livro, o jornal, o filme, a rádio, a televisão, em suma: os modernos meios de difusão, colocam hoje ao alcance de todos as satisfações de espírito outrora reservadas a uma muito reduzida minoria de privilegiados ricos e instruídos. Uma tal democratização da cultura será na verdade efectiva? Parece evidente que a classe operária permanece culturalmente em atraso. A tentação é por vezes grande de ajuizar a democratização da instrução em função do número de estabelecimentos escolares e do número de alunos. Na realidade, porém, é o meio familiar que condiciona o nível cultural; ora, o meio familiar operário continua a ser pouco permeável às influências culturais.

3. Os dois polos da vida operária

Como vigorosamente sublinhou Paul CHOMBART DE LAUWE, do C. N. R. S. de Paris, os dois polos da vida operária são *o meio de trabalho* e *o meio residencial*. Neste último, prevalecem as relações de família e de vizinhança; as influências aí dominantes são tradicionais. O meio de trabalho, orientado para a produção, depende, pelo contrário e cada vez mais, das transformações da técnica.

Através da empresa, o homem insere-se na vida social. Sofre toda uma série de coacções sociais, que o seu chefe de trabalho simboliza; mas também beneficia dum certo «calor humano» que o sustenta. O pessoal duma empresa não é constituído pela adição anónima de um certo número de homens e mulheres vindos de diferentes locais, que se encontram de manhã no mesmo edifício, na mesma oficina ou no mesmo escritório, participando durante seis ou oito horas dos mesmos trabalhos, para se separarem à noite como simples desconhecidos. Porque estão juntos, porque vivem juntos, porque trabalham juntos sob a autoridade dum mesmo chefe, formam uma comunidade de destino.

Torna-se assim legítimo afirmar com Paul CHOMBART DE LAUWE que na empresa coexistem, simultaneamente, atitudes de *subordinação* e formas de *solidariedade*, de auxílio mútuo e de camaradagem². De facto, na empresa, e mesmo nos casos em que existe um conselho de empresa, as relações sociais fundamentais não se alteraram. O trabalhador manual conserva geralmente um sentimento de insatisfação e de alienação; poderia mesmo sustentar-se que tal alienação se tornou mais subtil, mais insidiosa, como se se procurasse anestesiar a consciência operária. O operário já não conhece o sentimento, que caracterizava o artesão, de familiaridade com os seus utensílios, nem mesmo o sentimento de exercer um ofício, pois ignora o significado da sua tarefa na actividade geral da grande empresa industrial; e contudo, sendo essa tarefa que lhe assegura a subsistência, vive no temor de a perder. O «aparelho» técnico, cujas prodigiosas realizações admiramos, tende também a isolar o trabalhador. A empresa, concebida como uma hierarquia militar, é constituída por um vasto complexo de mecanismos essencialmente funcionais, que o trabalhador não entende. Tudo é estabelecido em função do rendimento. Esta descrição do trabalho e da condição operária na grande empresa hiper-equipada e racionalizada é talvez excessiva; mas tal é, de facto, a realidade da situação da grande massa dos trabalhadores — dependência em relação às tarefas que lhes são designadas e às empresas que lhes fornecem trabalho e remuneração.

Eis a condição operária no seio da empresa. Alguns autores pensam, porém, que o operário, ao sair da fábrica, cessa de comportar-se como operário. O leitor do *France-Soir*, o espectador dum desafio de futebol, o condutor duma *scooter* não são operários, no momento em que exercem estas actividades. E Serge MALLET, a quem se devem tantos estudos da mentalidade operária, apoia Alain TOURAINE, quando afirma: «o operário cessa de sentir-se tal, ao sair da fábrica»³.

Alain TOURAINE acrescenta que presentemente é menos na sua condição de produtor do que na sua condição de consumidor que o operário define as suas reivindicações: tende assim a associar a ideia de salário justo, não já ao seu esforço ou ao preço do produto do seu trabalho, mas ao custo da vida. Com Alain TOURAINE, Serge MALLET constata que a classe operária perde desta sorte algumas das características exteriores que havia adquirido no seu processo de formação histórica. «Os bairros operários desaparecem pouco a pouco dos subúrbios vermelhos, surgindo em seu lugar os edifícios em regime de co-propriedade em que o ajustador quali-

² Paul H. CHOMBART DE LAUWE, *La Vie Quotidienne des Familles Ouvrières*, Paris, ed do C. N. R. S..

³ Revista *Arguments*, Paris, Jan.-Fev. e Março 1965: «Qu'est-ce que la classe ouvrière française?», artigos de MOTTEZ, TOURAINE, Serge MALLET, etc.

ficado vive ao lado do representante de comércio, do engenheiro e do quadro médio da Administração. Nos centros de férias da Côte d'Azur, da Sicília e da Grécia, os jovens metalomecânicos partilham as tendas «tahitianas» das filhas dos directores. Compram os mesmos discos e dançam os mesmos *calipsos*».

Este quadro, porém, parece-me ligeiramente falseado. É certo que o operário frequenta o cinema como o burguês, e talvez mais assiduamente. É também exacto que o jovem trabalhador manual lê hoje mais do que teria sido possível a seu pai ou a seu avô; que é amador de discos, que ouve programas de rádio, que vê televisão, que aspira a possuir uma *scooter* e, um pouco mais tarde, o seu pequeno carro económico. Um certo nivelamento se processou, pois, entre as diversas classes sociais e uma grande parte da classe operária aspira a uma mediana felicidade, do tipo *American Way of Life*, feita de conforto interior e de distrações assaz medíocres⁴.

Mas talvez seja esta uma visão finalmente superficial e simplista das coisas. Torna-se necessário ir mais longe e tentar saber se serão realmente as mesmas distrações, o mesmo ambiente social, as mesmas relações de vizinhança e de bairro que reúnem, num mesmo tipo de «civilização» ou de «cultura», os burgueses e os trabalhadores manuais. Noutros termos e falando concretamente, o trabalhador manual vai muitas vezes ao cinema, mas não frequenta as mesmas salas que as outras categorias sociais e não vai ver os mesmos filmes. O mesmo poderá dizer-se dos programas de rádio e de televisão, das leituras, em suma: de todo o tipo de distrações e do modo geral de ocupar os tempos livres. Não são necessários inquéritos muito aprofundados para constatar diferenças muito sensíveis: a simples observação do que existe, do que se passa, do que se diz e faz em torno de nós basta para demonstrar a exactidão do diagnóstico de Paul CHOMBART DE LAUWE: o género de vida, o modo de vida das famílias operárias permanece profundamente marcado pelas condições de trabalho e pelas relações de vizinhança e de bairro.

Verificamos, assim e em larga medida, que a condição operária se não transformou na medida em que o referem certos autores. No plano social, cultural, a classe operária debate-se ainda com um sério atraso. Não é possível falar de democratização real da cultura, quando uma parte considerável da população não atingiu ainda sequer o mínimo vital.

⁴ Marcel LALOIRE, «Niveau de vie et mode de vie», *Revue du Travail*, Bruxelas, Dez. 1960.

4. Como definir e medir o mínimo vital?

N. N. FRANKLIN publicou recentemente, na *Revue Internationale du Travail*⁵, uma importante contribuição sobre esta matéria. Esse estudo decorreu de uma deliberação da Conferência Internacional do Trabalho (sessão de 1964) e teve por objecto estudar a noção e a medida das necessidades mínimas do homem, fornecer exemplos e exigências mínimas, particularmente em matéria de alimentação, de vestuário e de habitação, segundo estimativas efectuadas em diferentes países, e ajuizar do interesse dos métodos aplicados e da utilidade dos resultados destes estudos.

Segundo o Autor, a noção de necessidades mínimas do homem engloba, em primeiro lugar, as necessidades físicas, isto é, tudo o que lhe é necessário para o manter em vida e lhe conservar a capacidade de trabalho. A noção de necessidades mínimas não se limita, porém, apenas a estas necessidades físicas: compreende igualmente as necessidades sociais associadas geralmente aos costumes de uma comunidade. Estas necessidades sociais mínimas surgem ligadas à noção de dignidade humana: a ideia de base, hoje comumente aceite, é a de que nenhuma família deveria ser forçada, por suas condições de penúria, a viver de tal modo que se distinga radicalmente das outras famílias do mesmo grupo social e não possa participar dos usos e costumes estabelecidos na sua própria colectividade.

N. N. FRANKLIN expõe e comenta, em seguida, inquéritos levados a cabo em diversos países a fim de calcular as necessidades mínimas, não só para países desenvolvidos, como a Grã-Bretanha, os Estados-Unidos e a França, como para certos países da África, da Índia ou da América Latina.

Citemos um exemplo concreto. Tentou-se calcular o «limiar de pobreza» na África-do-Sul: esse limiar foi definido como «uma estimativa do rendimento necessário a uma família para atingir um nível mínimo determinado de saúde e de dignidade»; foi calculado em função do custo (aos mais baixos preços de retalho) dum orçamento correspondente ao estritamente necessário, ou seja:

α) uma quantidade e uma variedade de produtos alimentares que, tendo em conta a idade e o sexo, possam assegurar a cada membro da família a qualidade e o valor em calorias, proteínas, gorduras e vitaminas necessárias à manutenção da saúde, segundo os cálculos dos peritos em dietética, atendendo aos hábitos alimentares da colectividade;

⁵ N. N. FRANKLIN, «La notion et la mesure du minimum vital», *Revue Internationale du Travail*, Genebra, Abril 1967, pp. 301-332.

b) o mínimo de vestuário indispensável à protecção da saúde e compatível com as normas sociais da decência;

c) o mínimo de combustível e de iluminação compatível com a manutenção da saúde, tendo em conta os costumes adoptados pela colectividade;

d) o mínimo de artigos de higiene e manutenção para uso pessoal e doméstico, compatível com as necessidades e os costumes;

e) as despesas de transporte entre o domicílio e o local de trabalho dos membros da família com trabalho remunerado;

f) o custo do alojamento.

No que se refere à alimentação, ao vestuário, ao combustível, à iluminação e aos artigos de higiene e manutenção, o limiar de pobreza foi calculado partindo da hipótese de que as aquisições são efectuadas no menos caro dos mercados existentes. A habitação e o transporte entre o domicílio e o local de trabalho foram tratados segundo a forma utilizada para o tratamento do alojamento nos inquéritos de ROWNTREE, isto é, os custos que acarretam são excluídos tanto das despesas como do rendimento disponível. A observação é de BATSON.

Este nível é talvez mais interessante pelo que omite do que pelo seu conteúdo. Nada se prevê nele em matéria de despesas quanto a distrações, desportos, medicamentos, educação, economias, compras ocasionais, férias, utilização dos transportes em comum, compra de jornais, artigos de papelaria, tabaco e doces, passatempos, ofertas, «dinheiro de bolso» ou quaisquer outras pequenas despesas «supérfluas» ou de *agrément*. Nada nele se prevê para a substituição de colchoaria, mobiliário ou loiça. Não é um nível de vida «humano». O objectivo, que consistia em determinar um mínimo estrito que permita assegurar teoricamente apenas a subsistência e a manutenção da saúde, é assim plenamente atingido.

Dos diferentes exemplos expostos, FRANKLIN extrai as conclusões seguintes:

Em primeiro lugar, e apesar das dificuldades inerentes a toda a tentativa de definir o conteúdo concreto da noção de necessidades mínimas, numerosos países persistem em esforçar-se nesse sentido, tendo esses esforços na conta de úteis. Estudaremos os seus objectivos na última parte deste artigo.

Em segundo lugar, os resultados obtidos, após diversas tentativas para medir as necessidades mínimas, acusam enormes diferenças segundo os países e, por vezes, no mesmo país, para diferen-

tes épocas. Os cálculos do orçamento de despesas necessário para satisfazer as necessidades mínimas variam de 1,3 vezes o custo estimado dum regime alimentar mínimo a 3 vezes esse custo — se bem que certos regimes mínimos são muito mais frugais do que outros.

Finalmente, estas diferenças são em parte explicáveis em função da evolução histórica da concepção de necessidades mínimas. Aquando das primeiras tentativas de medida e nas experiências mais recentes levadas a cabo nos países pobres, toda a ênfase incidia fundamentalmente sobre as necessidades biológicas ou físicas; à medida, porém, que se eleva o nível de vida, cada vez as necessidades sociais se revestem de maior importância. A evolução é, aliás, semelhante noutros domínios da política social. Assim se compreende que as leis ou regulamentos que regem a duração do trabalho, a idade mínima de admissão ao trabalho e a remuneração das férias, se fundamentassem, ao início, primordialmente em considerações sobre o rendimento físico dos trabalhadores, enquanto que, presentemente, cada vez se baseiam mais em considerações sociais.

5. A utilidade de uma definição prática da pobreza

A determinação das necessidades mínimas tem grande alcance prático: com efeito, num grande número de países, serve de critério para a fixação dum salário mínimo. O princípio segundo o qual todo o indivíduo trabalhando a tempo completo deve receber pelo menos um salário de base que lhe permita subsistir é admitido sem reservas. Implica, porém, três questões:

- que deve entender-se por salário de base?
- quantas pessoas devem poder viver deste salário?
- admitindo que a supressão da pobreza é um dos objectivos mais urgentes da política social, em que medida se deverá recorrer ao aumento dos salários mínimos e em que medida a outros meios?

A propósito desta última questão, N. N. FRANKLIN faz algumas observações semelhantes às que nos ocuparam no início deste artigo: em todos os países, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento, existem grupos de pessoas vivendo em condições de pobreza comparativamente com outros grupos de pessoas: as famílias numerosas, os doentes, os velhos, os incapacitados, os desempregados.

Os salários baixos podem, de facto, ser uma das causas de pobreza. Para lutar contra esta torna-se, pois, oportuno fixar salários mínimos. N. N. FRANKLIN termina o seu estudo resumindo

as suas observações em quatro pontos que, dado o seu interesse, nos parece útil serem reproduzidos na íntegra.

Em primeiro lugar, tal como já o sugerimos, os estudos sobre as necessidades mínimas e sobre a sua insatisfação, podem revestir-se de considerável interesse, uma vez que chamam a atenção para a importância e urgência do problema da pobreza, mesmo em países considerados ricos, e podem assim contribuir para uma mobilização de recursos a fim de apoiar políticas de supressão da pobreza.

Em segundo lugar, uma política de luta contra a pobreza arrisca-se a limitar-se à expressão de aspirações imprecisas, se não se fixarem objectivos quantificados. Seria perfeitamente possível fixar objectivos — por exemplo, reabsorção do desemprego a uma certa cadência anual, aumento do salário mínimo ou de certas prestações da segurança social a fim de alcançar certos níveis em datas previamente determinadas, etc. —, sem no entanto fazer referência a qualquer definição de pobreza. Parece que, no entanto, tendo adoptado uma definição razoável e aplicável de pobreza, por mais arbitrária que seja, e esforçando-nos por determinar quantas famílias, colocadas em condições diferentes, são pobres de acordo com essa definição, mais facilmente será possível determinar objectivos razoáveis e realizáveis, correspondendo às necessidades e possibilidades reais.

Em terceiro lugar, torna-se indispensável uma definição prática da pobreza, se se procura diagnosticar as causas da pobreza e avaliar a sua importância relativa. Sem uma definição que nos permita distinguir (ainda que de modo necessariamente arbitrário) as famílias consideradas pobres das que o não são, não teremos nenhum processo de calcular a importância relativa dos diversos fenómenos associados à pobreza. Através da comparação dos rendimentos reais com um rendimento correspondente ao limiar de pobreza, definido em função de certos princípios gerais largamente admitidos, mas adaptados às diferenças de composição e de meio social das famílias, será possível determinar quais os casos em que a pobreza é mais frequente e sublinhar a importância relativa dos diferentes factores que se encontram na sua origem: velhice, família numerosa, doença ou morte do chefe de família, etc.

Em quarto lugar, a terapêutica é função da justeza do diagnóstico. A escolha dos meios ou instrumentos duma política geral mais adequados para alcançar objectivos determinados, depende do conhecimento das condições que urge fazer desaparecer. De que utilidade será preconizar um melhor sistema de segurança contra o desemprego, quando a pobreza se deve à doença ou morte do chefe de família? Para quê fixar um nível mais elevado ao salário mínimo, quando a pobreza se deve ao desemprego?

Finalmente, o facto de dispor duma definição prática da pobreza não permite apenas verificar em que medida famílias dife-

rentes, colocadas nestas ou naquelas condições, são capazes de obter satisfação para as suas necessidades, garantindo, assim, que recursos e atenção suficientes são consagrados à luta contra cada uma das principais causas de pobreza. Uma tal definição permite igualmente analisar e anotar os progressos realizados quanto à realização dos objectivos, avaliar do sucesso das diferentes medidas de política geral e determinar até que ponto estas medidas devem ser reforçadas ou revistas.

A nossa própria conclusão será que é impossível fixar um mínimo vital igualmente aplicável a todos os países. As situações são demasiado diferentes de um país para outro; os factores em causa são numerosos: o clima, as condições de higiene, o grau de desenvolvimento económico, o nível de instrução, os recursos alimentares, as necessidades físicas e sociais, os factores religiosos, os preconceitos raciais, etc.

O que basicamente importa é a vontade de, em toda a parte e por todos os meios possíveis, elevar o nível de vida da grande massa da população, a fim de que ninguém viva aquém do limiar de pobreza.

(Tradução de *Fátima Sedas Nunes*)